

CAPOEIRA



Revista de Humanidades e Letras

ISSN: 2359-2354

Vol. 9 | Nº. 1 | Ano 2024 Site/contato
<https://revistas.unilab.edu.br/>

Editores

Dr. Pedro Acosta-Leyva.

email:leyva@unilab.edu.br. Dra. Juliana

Barreto Farias. Email:

julianafarias@unilab.edu.br

Pedro Acosta-Leyva
UNILAB

Dr. Pedro Acosta-Leyva é professor de história da África, no Instituto de Humanidades e Letras-IHL-Campus dos Malês, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB; docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras da Universidade do Estado da Bahia-UNEB. Doutor e mestre pelo Programa de Pós-graduação da Escola superior de Teologia, Licenciado em História pelo Centro Universitário-IPA, Especialista em Ensino Superior-FIAR, possuiu pós-doutorado em Educação pela UNISINOS e pós-doutorado em Segurança Alimentar pela Universidade de Santiago em Cabo Verde. Membro fundador do Centro de Estudos Africana da UNILAB.

Cabo Verde: a construção do sistema alimentar no processo histórico

RESUMO

Este texto é uma parte do relatório do estágio pós-doutoral na Universidade de Santiago, em Cabo Verde, realizado com recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia, Invocação e Comunicações do Brasil(MCTIC), no âmbito do Projeto Fortalecimento do Ensino, Pesquisa e Extensão para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa(CPLP) e na UNILAB. Com este texto visamos analisar o processo histórico que permitiu a criação de um sistema alimentar em Cabo Verde, levando em consideração os atravessamentos e particularidades do período colonial, os condicionamentos administrativos das terras e as reações das forças trabalhos na qualidade de escravizadas, livres e dependentes. Partimos de uma análise que tem como princípio um olhar *Sankofa*, isto é uma retrospectiva hermenêutica baseada na ruptura do pós-independência.

Palavras chave: Cabo Verde, sistema alimentar, período colonial.

ABSTRACT

This text is a part of the post-doctoral internship report at the University of Santiago, in Cape Verde, carried out with resources from the Ministry of Science and Technology, Invocation and Communications of Brazil (MCTIC), within the scope of the Project Strengthening Teaching, Research and Extension for Food and Nutritional Sovereignty and Security in the Community of Portuguese Speaking Countries(CPLP) and at UNILAB. With this text we aim to analyze the historical process that allowed the creation of a food system in Cape Verde, taking into account the crossings and particularities of the colonial period, the administrative conditioning of the lands and the reactions of labor forces as enslaved, free and dependente. We start from an analysis that has as its principle a Sankofa perspective, that is, a hermeneutic retrospective based on the post-independence rupture.

Key-words:. Cape Verde, food system, colonial period

Introdução

As pesquisas que visam compreender e explicar a segurança alimentar e nutricional em Cabo Verde, passam, necessariamente, pela investigação da produção de alimento e pelo entendimento das condições ecológicas, econômicas, sociais, culturais e política da região. Os povos formulam um sistema alimentar nas condições possíveis, levando em consideração fatores como: pluviosidade, solo, temperatura e outros elementos climáticos. No entanto, o ser humano é por natureza um ente transformador, que modifica as condições naturais e as adapta a suas necessidades. Em lugares de deserto, onde não existem rio ou lago, o ser humano com suas técnicas abre poço ou canaliza a água de outras partes. Questões políticas e da dinâmica social, que muitas vezes não eram considerados, tem na realidade um papel fundamental porque se trata da organização dos diversos recursos, das terras e da força de trabalho. Do mesmo modo, a cultura produzida ao longo do percurso histórico dos povos define, classifica e cria uma ordem hierárquica em que; determinadas raízes, sementes e quais animais devem fazer parte da alimentação e qual será o tipo de culinária utilizada para agradar o paladar.

O ato do ser humano se alimentar é absolutamente um processo que supera a ideia das necessidades biológicas e fisiológicas. Alimentação é um processo histórico que se estabelece culturalmente. Por esta razão, torna-se pertinente situar sob que teoria e qual metodologia foram utilizadas para explicar o sistema alimentar de Cabo Verde. Primeiro é necessário dizer que a pesquisa que subsidiada por expressiva literatura cabo-verdiana e pelo contato com a documentação do Arquivo Nacional de Cabo Verde, em 2016 e depois 2023, assim como pesquisa realizada nos arquivos do Ministério da Agricultura e trabalho de Campo em Assamoda, São Domingos e São Lourenço dos Órgãos. Também análise dos relatórios do Instituto de Meteorologia e Geofísica de Cabo Verde e entrevistas e diálogos com os professores cabo-verdianos Dr. Nardi Sousa e Dr. Vladimir Ferreira. Metodologicamente é uma pesquisa bibliográfica e documental. Fiz um levantamento de dados sobre a questão fundiária e os processos históricos de produção de alimentos. Como trata-se de um artigo, vou fazer um recorte para analisar em um tempo de longa duração dos aspectos da colonização, no sentido de administração e distribuição das terras e as reações da força de trabalho. Em Cabo Verde os livros geralmente dividem a história em dois grandes períodos: Colonial e Independência. Ambos os períodos são subdivido de acordo com a visão e a linha teórica da escolha dos

autores. Para este momento optou-se por uma periodização de longa duração, isto porque a propriedade da terra em Cabo Verde não teve grandes alterações no período colonial e, portanto, a produção de alimento e sua distribuição também permaneceram quase inalteradas por mais 300 anos.

Na entrevista com o professor Nardi Sousa, foi confirmado as manipulações políticas que as elites colonizadoras fizeram das categorias seca-migração, permitiu análise da situação política-administrativa da fome, que já explicitado, em 2019, no artigo “*Cabo Verde: Segurança Alimentar e Colonialismo*”, estavam em conformidade com uma interpretação histórica teoricamente distanciada da colonialidade e do eurocentrismo.

A leitura da história de Cabo Verde e, por conseguinte de outros países da África, especialmente dos PALOP, sempre esteve pautada na perspectiva dos historiadores Jossep Ki-Zerbo(africano de Burkina Fasso) e Walter Rodney(da Guiana). Também com influência dos autores do Pan-africanismo e da Negritude. Mas, após a pandemia do Covid 19, fiz uma releitura de Walter Rodney e da africanista brasileira Nize Isabel de Moraes (1938-2015). O contato com a obra de Nize Isabel de Moraes foi através dos artigos científicos das professoras Maria Aparecida Oliveira Lopes(2023) e Juliana Barreto Farias(2023). A releitura atenta de Walter Rodney e de Nize Isabel de Moraes me conduziram a avaliar que meus escritos não se alinham teoricamente com os “pós-coloniais” nem na perspectiva dos autores da “colonialidade”. Na verdade tudo o que vejo historicamente está estruturado tomando como ponto de partida a “pós-independência”, como ruptura que me permite olhar o passado na forma de Sankofa.

Os autores pós-coloniais, especialmente Franz Fanon, Aimé Césaire e Edward Said centraram suas análises teóricas, na desconstrução epistêmica do eurocentrismo, tendo elaborado críticas na base do resgate de experiências coloniais e os destroços deixados no mundo em consequências do colonialismo europeu. No outro lado, os teóricos da “colonialidade”, tais como Enrique Dussel, Walter Dignolo e Aníbal Quijano elaboraram uma crítica sistemática ao paradigma da modernidade a partir da experiência histórica específica da colonialidade latino-americana.

A crítica ao colonialismo e a colonialidade do saber e poder não se expressa na desconstrução do paradigma eurocentrado nem na experiência colonial e nem na crítica da centralidade da Modernidade europeia. O ponto que baliza minha análise é a ruptura e

as novas experiências da pós-independência. No caso específico de Cabo Verde, até que se descubram novas evidências, não tem uma experiência anterior autônoma dos povos africanos no território que hoje é legitimamente do povo cabo-verdiano. Por esta razão, estou obrigado a traçar uma curva tortuosa da estrutura colonial implantada pelos portugueses em Cabo Verde, que foi historicamente contestada através de aquilombamentos, revoltas e criação de processos culturais como são a língua própria, tradições culinárias, dançarias, músicas e performances.

A ruptura causada pelos povos africanos, com os processos das independências, nas perspectivas dos pós-coloniais e dos teóricos da descolonialidade está atravessada por categorias que indicam o colonialismo como espinha dorsal da história africana. Há explícito ou implícito uma certa noção que podemos chamar de “*colonocentrismo*”, que divide a história africana em “antes da colonização” e “pós-colonização”, no entanto, em leituras com perspectivas “pós-independência” enxergamos uma análise do presente que retorna as experiências históricas da autonomia dos povos africanos passando pelo breve período colonial e acentuando de forma veemente suas críticas no presente na intuição de autodeterminação para resolver os problemas humanos. O autor Ahmadou Kourouma (1927-2003), traduz sua perspectiva “pós-independência” no romance “**O sol das independências**”(1970), a partir do personagem principal da obra, Fama Doumboya, príncipe de Horodougou, as desventuras provocadas pelo colonialismo brutal que destruiu a nobreza africana e chamando atenção para a ruptura das independência e sua responsabilidade de retornar de forma atualizada ao modelo de autonomia onde os africanos gozavam de sua dignidade.

A compreensão do professor Kabengele Munanga, assim como Ahmadou Kourouma (1970), critica a historiografia por estar presa as imagens da colonização fazendo parte de um aparato teórico que cria e sustenta representações da África e dos povos africanos estereotipadas longe da realidade.

A visão da África Subsaariana na historiografia colonial, deixou imagens estereotipadas que resistem até hoje no imaginário coletivo das populações contemporâneas, imagens estas popularizadas nos clichês dos filmes de Tarzan. Até hoje, na maioria das imagens atuais sobre a África, raramente são mostrados vestígios de um palácio real, de um império, as imagens dos reis e rainhas e ainda menos de uma cidade moderna africana, construída pelo próprio ex-colonizador (MUNANGA, 2009, p. 11).

Essas imagens precisam ser lidas na perspectiva da ruptura da independência, como afirma Mbembe (2018, p.60) quando diz que “neste preciso momento em que a História e as coisas se voltam para nós e em que a Europa “deixou” de ser o centro de gravidade”. As imagens da colonização estão arraigadas na mentalidade do povo e se precisou uma ruptura criada pelos próprios ex-colonizados, que com o novo momento devem ser reconhecidos como agentes da independência. Portanto, o “agora” histórico deve se centrar na figura da pós-independência, com uma agenda capaz de olhar o passado mais profundo para reconstruir a vida pelos retalhos e vestígios dos antigos palácios, reinos com a força da ruptura da independência.

Portanto, o texto que apresento vou construindo historicamente as imagens da formação do sistema alimentar em Cabo Verde, nos dois períodos principais da história que são: o processo de colonização e o pós-independência. Nestes dois tempos de longa duração se selecionam as plantas, a maneira de cultivá-las, a sua distribuição e a colunaria que agrada seu paladar.

A terra em Cabo Verde: produzir alimento entre colonizados e colonizadores

O sistema alimentar no Cabo Verde está vinculado a sua história e sua insularidade. Existir no arquipélago pode ser sinônimo ao mesmo tempo de isolamento e caminho de passagem, encruzilhada. A insularidade impõe dificuldades na interação entre as ilhas e ilhéus que integram o território nacional. O arquipélago de Cabo Verde está constituído por dez ilhas e vários ilhéus, dessa forma trata-se de um território fragmentado, descontínuo e no meio do Oceano Atlântico. O clima obedece a sua situação geográfica que está localizada na linha do deserto de Saara. Escassas chuvas na média de precipitação de aproximadamente entre 190 mm na região litoral -com 20 m de altitude e 472,6 mm – em lugares com 319m de altitude, com períodos agressivos de secas. A uma distância de 500 quilômetros do continente africano, a 2.315 *km* do continente americano (Brasil), e a 3.051,39 quilômetros de Portugal. Não há dúvida que a geografia e o clima são fatores importantes para o desenvolvimento dos sistemas alimentares em Cabo Verde; no entanto, vale pensar historicamente. O maior cientista brasileiro da neurociência, Miguel Nicolelis(2020, p.1) para iniciar seu livro cita o seguinte excerto de Lewis Mumford:

Talvez o curso fatal que todas as civilizações tenham seguido até hoje tenha se originado menos como resultado de desastres naturais tais quais a fome indiscriminada, enchentes épicas e epidemias e mais como

consequência das perversões acumuladas das funções simbólicas [da mente humana].

A questão histórica é relevante e no final significa o resultado da acumulação das escolhas que a “mente humana” fez em um determinado ambiente social, cultural e ecológico. As enchentes, fome, secas, epidemias ou qualquer outro fenômeno natural por violento que seja terá resultados mais ou menos desastrosos sensivelmente a partir das escolhas que a mente humana determine fazer. O exemplo mais fresco na memória da história recente foi à pandemia do Covid-19, que dependendo das escolhas políticas “das mentes” dos governos gerou maior ou menos destruição na população. A pandemia do Covid 19 atravessou vertiginosamente e de forma exponencial todos os povos do planeta terra, mas a mente humana “criou” medidas de proteção sanitárias, máscaras, isolamentos sociais, respiradores, atendimentos médicos especiais, forma de distribuição de alimento “delivery”, aulas remoto, webnario, “live” e inventou uma vacina que anulou o efeito letal do vírus. Miguel Nicolelis(2020) com sua revolucionaria “Teoria do Cérebro Relativístico(TCR) analisa com inúmeros exemplos como o cérebro humano é o verdadeiro criador de tudo. Embora, eu nunca interpretei a realidade utilizando a TCR, é notório, que no texto “*Cabo Verde: Segurança Alimentar e Colonialismo*”(ACOSTA-LEYVA, 2019), foram feitos apontamentos histórico da estrutura da colonização em Cabo Verde e como esta elaborou na base de escolhas políticas e administrativa um tipo de sociedade que provocou a insegurança alimentar, a fome e a morte.

A questão inicial, desde o momento que Portugal se apropriou do arquipélago, consistiu na fixação de moradores. O rei “resolveu” esse problema “de fixação de moradores” numa carta de 12 de junho de 1466, que autorizava aos moradores da Ilha de Santiago estabelecer o comércio de escravizados entre a Senegâmbia e a Europa. Esta medida era fundamental para a constituição de uma sociedade escravista em Cabo Verde e o tão famigerado povoamento. Por isto, os elementos principais que verificamos na história da segurança alimentar em Cabo Verde trata-se da dupla “identidade” das pessoas que controlavam administrativamente, economicamente, social e politicamente a sociedade: eram os detentores da terra, e ao mesmo tempo, eram mercadores de escravizados(ACOSTA-LEYVA, 2019).

A estratégia mais viável para obter os recursos para implementar a agricultura escrava era exatamente se envolver na atividade do tráfico de escravizados. Embora, o incentivo do “tráfico” dado ao projeto de povoamento criou as bases da sociedade escravocrata. Isto é,

Cabo Verde teria função de “chapa giratória” da política mercantilista da coroa portuguesa. Essa condição de mercantilização ou melhor dizendo de privilegio de traficantes de escravizados autorizados não demorou muito e três anos mais tarde, em 1469, um novo modelo foi estabelecido onde “tratos e resgates” favoreciam os contratadores, enquanto os moradores de Santiago ficaram relegados (BALENO, 2001). Sucessivamente a coroa portuguesa foi criando mecanismos legais, fiscalização e instrumentos de controle que obstaculizavam uma economia que promovesse a segurança alimentar. Nicolelis(2020) diria que a *brainets*, as redes das mentes, estruturada pela elite portuguesa criou um mundo onde o tráfico e o comércio tinham um valor superior as vidas humanas.

Qualquer coisa que tenha se materializado dentro do universo humano em toda a sua história, da primeira palavra falada à criação de uma ferramenta, ou a composição de uma sinfonia, ou o planejamento de um genocídio terrível, teve que ocorrer na forma de uma abstração mental ou uma analogia, dentro da cabeça de alguém”(NICOLELIS, 2020,p.106).

A teoria do professor Nicolelis(2020) parece algo intimista, como se uma cabeça maligna pensou e mandou a fazer uma ação contra a população, mas na verdade o que ele nos indica é que qualquer processo histórico leva necessariamente um posicionamento “racional”, um exercício mental, sobre aquela situação que pode influenciar ou determinar certos ordenamentos. Prova disto são a elaboração de “cartas” e portarias da coroa e do grupo da elite que “ordenava o mundo português” da época. Cartas ou qualquer outro documento é lógico que se precisa pensar e escolher as palavras para ser elaborado. Assim vemos que em Carta de 24 de Julho de 1480, D. Afonso V proibiu aos moradores comercializar urzela; em Carta de 13 de Setembro de 1497, proibiu a venda de ferro aos negros e finalmente como um golpe de morte, em Carta de 24 de Março de 1514, pôs fim a comercialização de conchas e cauris (PEREIRA, 2006). As conchas e cauris eram utilizadas como valor de cambio, literalmente eram moedas em diversas sociedades africanas. Em síntese, a António Carreira (2000) afirma categoricamente, que em Cabo Verde: mercador de escravo era sinônimo de dono de morgado, mas agora pelos diversos mecanismos legais e administrativos a identidade de “mercador de escravizados” estava falida, portanto se faz necessário entender como era o funcionamento da “identidade de morgado”.

No texto “*Cabo Verde: Segurança Alimentar e Colonialismo*”(ACOSTA-LEYVA, 2019), argumento a respeito da relação das terras, as pessoas e a estrutura “mental” cristalizada “na lei do morgado”. As terras de Cabo Verde foram doadas para um pequeno grupo de pessoas europeias. Num primeiro momento eram doações no regime de capitânicas que trouxe a dificuldade na sucessão, porque quando morria o donatário as terras voltavam para a posse da coroa portuguesa. Depois se inovou com o regime de morgado e se exigia que no prazo de 5 anos devia coloca-la a produzir. Os recursos humanos para o exercício do plantio, limpa, colheita e os processos de manufatura rudimentar eram oriundo do continente africano. Na medida em que a identidade de mercador de escravizados se deteriorava, a produção na terra ficava afetada e a opressão se fazia mais violenta, e, portanto, a insegurança alimentar era mais notória. Na aquela época não havia tempo para pensar em comida para africanos escravizados. O ponto em questão era como lucrar com a exportação e o tráfico. Não parece muito lógico, mas realmente o tráfico incentivou a colonização e não o contrário. O professor Manolo Garcia Florentino (2020) analisou a relação de tráfico e escravidão colonial e percebeu que a atividade do tráfico era mais lucrativa que a própria produção agroindustrial do açúcar ou de qualquer outro produto, seja café, algodão ou cacau. Para os moradores de Santiago e de outras latitudes, o tráfico era o motor dinâmico da produção das riquezas.

Os morgadios, conforme foi explicitado por Acosta-Leyva (2019), tinha “três características que distinguiam a propriedade das terras: a atribuição de um bem com requisitos de indiviso e de inalienabilidade, a primogenitura e a varonia” (CALDEIRA, 2012, p. 33). Pela lei dos morgadios as terras não podiam ser divididas em parcelas menores, característica que limitava a redistribuição; não podia ser vendida para terceiros e era só passada como herança para o primeiro filho e este tinha que ser homem e sem nenhum tipo de doenças. Essa estrutura legal dos morgados era suficientemente rígida para produzir uma longa corrente de um contingente de escravizados, dependentes e rendeiros. Na medida que o território dos morgados estava direcionado para uma produção de exportação de açúcar, algodão e gado caprino, as massas trabalhadoras, sejam escravizadas ou livres, eram expostas a uma falta de alimentos cada vez mais agravadas. Os morgados eram à base do sistema colonial escravocrata, que Walter Rodney (1972) o interpreta como um processo de desapropriação das forças produtivas sem o recebimento de salário compatível com atividade de produção, e no caso de Cabo Verde se tratava da escravidão intensiva. As melhores terras estavam em mão dos morgados, enquanto que

as terras mais acidentadas e sem acesso a água eram ocupadas por pequenos proprietários que Carreira (2000) o define como proprietários da “fome programada”. Resumidamente o ministro João Pereira Silva (1981, p.4-5) traduz a as características da agricultura em Cabo verde em quatro linhas gerais:

- concentração do essencial e das melhores terras na ‘posse’, mais plena, em um reduzido número de proprietários, que a exploram, primeiro com recurso a trabalho escravo e, mais tarde, num regime de parceria e arrendamento muito próximo da servidão que caracterizou a idade média europeia;
- pela afectação da quase totalidade das terras aptas ao cultivo de sequeiro à consociação milho/feijões tropicais, possivelmente ao algodão para a fabricação de panos, indispensáveis no comércio de escravos;
- pela afectação do grosso das terras disponíveis (marginais para a agricultura) à pecuária extensiva(bovinos e caprinos, possivelmente com larga predominância destes);
- (...)
- toda a estrutura econômica e social do território é largamente dominada pela classe dos grandes proprietários que, além da terra, controlam os transportes, o comércio e a pequena indústria artesanal.

As terras, as instituições comerciais, a ordem social e as ideias dominantes estavam concentrados nas mãos dos proprietários de terras. Dizer proprietário de terras era sinônimo do poder de controlar quem vive e quem morre numa sociedade insular e colonial.

Em 1864, a Coroa portuguesa toma uma série de medidas a fim de assentar o regime liberal e rearranjar o sistema de posses rurais. É neste momento que o regime de morgadios é abolido, permitindo a partilha de bens entre os herdeiros, bem como sua comercialização legal. Nesta esteira, foram vendidas as terras dos mosteiros, das ordens religiosas e de parte das propriedades da Coroa. Os grandes proprietários, todavia, continuaram como um grupo social restrito e coeso, sendo que a exploração indireta dos campos lhes garantia a concentração fundiária, além do status político (BORBA; ANJO, 2012, p. 45)

O poder de opressão do sistema colonial em geral e de cada morgado em particular levou as massas trabalhadoras a criarem iniciativas e estratégias de sobrevivências. Tem um elemento que chama muito a atenção nos constrangimentos dos agricultores e na compreensão da questão fundiária em Cabo Verde: a ocupação das terras depois da abolição da escravatura e o usucapião. Mesmo que, segundo Borba e Anjo(2012), o regime de morgadio legalmente não existe mais a partir de 1864, na prática a situação continuo muito semelhante. Embora a estrutura fundiária de morgadios permanecesse subjacente, foi promulgado um Regulamento, em 1899, que permitia aos “ocupantes” das terras permanecerem por vinte anos usufruindo as terras e depois eram tornados proprietários legítimos. A usucapião estabeleceu um tipo de camponês com pequenas

parcelas, mas na maioria dos casos sem documentos de propriedade das terras. Não foi até a segunda metade do século XX, que um novo grupo de cabo-verdianos retornados da emigração com capital financeiro proveniente do duro trabalho na diáspora (em Estados Unidos da América e da Europa) que as terras saíram dos antigos donos conhecidos como morgados. Em nada ou bem pouco mudou a estrutura agrária, os novos donos nomeados de “mercanos” repetiram os comportamentos dos morgados, mesmo que com um pouco menos de crueldade por se tratar de uma relação de “parceiro” por compadrio ou laços familiares (CARVALHO, 2019).

Em outras palavras, as terras permaneceram na mão de poucos ao longo da história colonial de Cabo Verde. Como reação a opressão, pode ser constatado em vários aspectos que os oprimidos não ficaram inertes. Nos primeiros séculos muitos escravizados fugiram para as regiões mais acidentadas desde o início da colonização, onde formaram comunidades “quilombolas” e plantaram espécies alimentícias como bata-doce, feijão, milho, mandioca e outras hortaliças, que de certa forma garantia minimamente a segurança alimentar.

O grupo maior que ficou nos morgados na condição de escravizados, libertos em situação de dependentes e libres em condições de precariedade também elaboraram tradições socioculturais e alimentares, que determinaram as escolhas de espécies de plantas para seu sistema alimentar dentro das condições ecológicas. Assim como os que fugiram para os morros, as comunidades que ficaram “dentro” do sistema colonial plantaram aproximadamente as mesmas espécies de hortaliças, feijão, mandioca, bata-doce e especialmente o milho.

A cultura no processo histórico da formação dos sistemas alimentares

Culturalmente as comunidades formularam duas tradições que lhe permitiram sobreviver e entender o mundo segundo sua própria conceituação. Em primeiro lugar, sua língua crioula; em segundo o Batuque. A língua crioula apresentava excelentes vantagens porque se trata de um meio de comunicação que lhe permitia renomear, reorganizar as ideias e, portanto segundo Nicoletis(2020) e sua “Teoria do Cérebro Relativístico(TCR), criar as representações do mundo; é dizer do “mundo que realmente” lhe fazia sentido e onde podiam elaborar um sistema classificatório das coisas, os seres, as plantas e as possibilidades de viver e se reproduzir como espécie.

A mente é a criadora de tudo, e nesse processo de criar, a linguagem tem um papel fundamental para socializar as informações, as técnicas e os hábitos. A questão da socialização através da linguagem é de suprema relevância ao ponto de Nicoletis(2020, p.40) revela que, “ o surgimento da linguagem oral” é uns dos processos que nos permitiram ter o córtex suficiente para distinguirmos de qualquer outro ser no planeta. Ainda que apreender na prática do cotidiano e na observação dos processos tentando imitar é relevante nas culturas africanas e em qualquer sociedade, não se pode minimizar que a linguagem falada é o elemento mais transcendente de acordo com Amadou Hampâté Bâ (2010, p.172) na *Tradição Viva*: “Toda fala é exteriorização das vibrações das forças, toda manifestação de uma força só, seja qual for a forma que assuma, deve ser considerada como sua fala. É por isso que no universo tudo fala: tudo é fala que ganhou corpo e forma”. No universo das populações cabo-verdianas a fala em crioulo tudo se torna existência, ganha sentido, ordem, comida, bebida, água, milho, cachupa e verdadeira realidade.

Por outro lado, o Batuque, que é um gênero musical e ao mesmo tempo uma dança, era duramente perseguido pelo sistema colonial porque superava a cosmovisão portuguesa e cristã. Era considerado nocivo para os costumes coloniais porque remetia para as origens africanas. Título como “música de africano” ou “música de cafres” eram comuns aparecer em sentido negativo para desqualificar a prática e a visão que uma atividade criada e organizada pelas comunidades negras cabo-verdianas tinham produzido. Além de ser um gênero artístico, é necessário pensar que era uma comunidade “subalterna” reunida para recriar um “mundo” paralelo ao sistema colonial. Importante perceber que as principais datas que acontecia o Batuque eram os dias santos, casamentos e ocasiões cerimoniais, exatamente os momentos que a igreja católica mais valorizava e observava, que as comunidades participavam mais efusivamente no Batuque em detrimento de seguir os “bons costumes”.

Quando se estuda a história de Cabo Verde, as fontes coloniais apresentam o Batuque nos três níveis que Clóvis Moura(1990) define na sua obra *As injustiças de Clío*: 1) o Batuque é visto como negativo no que respeita a moral e a ética, chega-se dizer que é lascivo e contra o sentido do sagrado; 2) representado na condição de arte subalternizada enquanto suas particularidades estéticas e de beleza, se descreve como sendo contorções selvagens, contra a civilização e os bons costumes; e, 3) muita das vez invisibilizado para ocultar a identidade africana e negra dos cabo-verdianos(SANTOS, 2020). A escrita colonial não podia ver no Batuque o que Greet Wielemans(2013) enxerga: uma prática terapêutica na

prevenção da violência. Numa sociedade de pouca alimentação, intenso calor, violência simbólica, crueldade nos castigos físicos nos pelourinhos e escassas chances de mobilidade social positiva não se podia esperar doçura nas relações interpessoais. O Batuque era a única força cultura que lhe permitia contar sua história e liberar seus estresses. Greet Wielemans(2013, p.207) ao formular as potencialidades terapêuticas do Batuque afirma:

“numa canção, uma história é contada com palavras. As palavras expressam a história de uma forma contida, de uma forma compreensível. Quando pessoas contam histórias e ouvem as histórias uns dos outros, elas conectam-se. Na dança e no movimento, o corpo lembra-se da história e encontra outra forma única de se expressar. Tensão física pode ser liberada. Quando as pessoas dançam juntas enquanto grupo, elas conectam-se”.

Esse é o problema do Batuque: ele conecta as pessoas com sua história, com seu corpo e com seu grupo. Na dissertação de Denise Assis Santos(2020), o a ênfase dado ao Batuque é a resistência das mulheres porque é no contar das histórias, dos segredos, das opressões que se organizam as lutas. As mulheres são as principais agentes no batuque, as que tocam os instrumentos de percussão, as que dançam, as que fazem o coro e as que cantam. Essas mesmas mulheres são as que cozinham a maior parte das vezes, as que escolhem os alimentos e a forma como serão elaborados, qual tempero e em qual proporção.

Parece que quando fazemos apontamentos do Batuque esquecemos que nosso objeto de análise é a segurança alimentar e elaboração do sistema alimentar em Cabo Verde, mas o que precisamos mostrar é que os sistemas alimentares nunca estão desassociados da cultura, da história e ecologia dos territórios. O professor Alcides Lopes(2023) afirma que não existe Batuque sem comida, como também não há como ignorar que o Batuque era uma práxis cultural que acontecia em momentos de outras festas religiosas e sociais como batismo, casamento e outras formas de ritualização da realidade onde comer é o ato simbólico mais sagrado. O batuque também é entendido como espaço educativo especializado em socializar os valores e conhecimentos como arte da culinária, as relações amorosas e a educação dos filhos e filhas.

Enquanto a língua crioula e o batuque são considerados formas culturais e sociais para viver na condição de ser humano em comunidade, não são menos importantes as estratégias violentas de resposta a situação de insegurança alimentar. O povo caboverdiano reagiu ao colonialismo, à fome e ao ambiente com cultura e também com revoltas contra a desapropriação de seu trabalho e a impossibilidade de ter seu próprio pedaço de terra para produzir sua comida e garantir sua segurança alimentar. Ao largo do

processo histórico foram muitas revoltas, ao menos três podem ser ilustrativas para entender a lógica de Cabral ao dizer, que ninguém luta por ideias, mas todos lutam por recursos. Aludo às três grandes revoltas: a Revolta dos Engenhos (1822), a Revolta de Achada Falcão (1841) e a Revolta de Ribeirão Manuel (1910).

Para entender essas revoltas vejamos a análise sobre a unidade do povo e que poderia ser considerado problema segundo Cabral:

Em Cabo Verde onde não há muitos problemas de religião, a não ser algumas questões entre protestantes e católicos na sua boa vida da cidade, há outros problemas que dividem as pessoas, como por exemplo: algumas famílias têm terra, outras não têm. Se toda a gente tivesse terras ou se ninguém tivesse terras, era mais simples. O inimigo por exemplo, força contrária a nós, da qual queremos libertar a nossa terra, pode pôr do seu lado aqueles que têm terra, .(CABRAL, 1974, p.4)

As três grandes revoltas não foram motivadas por “ideias” ou religião, mas basicamente por terra e questões econômicas. A Revolta dos Engenhos (1822) muitas vezes foi associada à Independência do Brasil e a vontade de um grupo de cabo-verdianos em anexar Cabo Verde ao Brasil. Mesmo que essa perspectiva tenha elementos que apontem para um transfundo da realidade, não se pode desvincular da lógica que a proposta de ser parte do Brasil estava de acordo com romper com os laços coloniais com Portugal. Em outras palavras, o problema não era a independência do Brasil e sim as misérias que se viviam em Cabo Verde devido à concentração das terras em poucas mãos autorizadas por Portugal. Assim como no Batuque, as mulheres tiveram uma forte liderança nas revoltas, especialmente na Revolta de Ribeirão Manuel(1910), na Ilha de Santiago, no território do Conselho de Santa Catarina. As mulheres seguiram o chamado a luta proclamado por Ana da Veiga, popularmente conhecida como Nhanha Bombolom. A exploração dos morgados cobrando dos reдеiros uma proporção injusta da produção levava a constrangimentos profundos na alimentação da população. Os contratos que os morgados estabeleciam com os reдеiros sempre eram realizados na base da oralidade e muito vezes eram desfeitos ou alterados para obter uma maior margem de lucro. Nas revoltas sempre participa a comunidade, no caso da revolta liderada por Nhanha Bombolom se torna evidente pela expressão: "Omi pedra, mudjer machado, mininus tudu ta djunta pedra" (os homens com pedras e mulheres com machados e os meninos todos a ajuntar pedras). Ninguém da comunidade ficou sem contribuir na luta pela terra, embora liderados por mulheres, os homens estivessem ativos e inclusive as crianças trouxeram uns subsídios importante na luta.

a revolta dos Engenhos deve ser compreendida dentro de um contexto sócio-cultural próprio, identificado nos festejos do batuco e da tabanca que, por sua vez, regia a vida dos trabalhadores rurais. Assim, vale reiterar que é a partir das normas morais e religiosas derivadas da tabanca, esta estrutura simbólica, que os rendeiros compreendiam a sua vida em comunidade, bem como a sua relação com o estranho à comunidade. Também é a partir delas que os rendeiros ressignificam os acontecimentos à sua volta, impondo uma “visão de mundo” própria.”(PEREIRA, 2006, p.70).

A língua crioulo, o Batuque, as fugas, as revoltas e outras formas de resistência para reorganizar a vida em comunidade foram estratégias, alternativas e opções criadas pela comunidade cabo-verdiana. A primeira condição humana para criar comunidade é estar vivo, somente pode-se viver quando se come. A alimentação é a primeira condição para qualquer cultura, sem alimentação não existe história nem ser humano. A cultura no decurso da história, com suas lutas e alegrias, escolheu dentro as possibilidades ecológicas alternativas de produtos que seriam a base da alimentação, que no caso que nos ocupa foi sem dúvida alguma o milho e a rainha das comidas: a cachupa.

Em Cabo Verde, como é conhecido na literatura, existe um trinômio bem explorado pela visão colonialista e colonizada: seca-fome-migração. Enquanto a comunidade fazia o maior esforço por produzir alimentos nas condições ecológicas dadas, por outro lado os colonizadores além de criar uma estrutura agrícola excludente e direcionada para o mercado exportador também utilizava os câmbios climáticos e o fenômeno da seca como recurso ideológico para estabelecer um fluxo migratório para os lugares onde a mão de obra era necessária. Neste aspecto o professor Nardi Sousa(2020) nos ajuda a compreender que a escassez dos chamados “contratados” para trabalhar em São Tomé e Príncipe nas “roças”(fazendas) de cacau e café era um elemento manipulado para incentivar a migração dos cabo-verdianos. Em São Tomé e Príncipe as condições de trabalho estavam quase ao nível do período da escravidão. Água insalubre, alimentação de péssima qualidade e as moradias eram os antigos barracões de escravizados. A maioria dos “contratados”, quer dizer dos trabalhadores levados de Angola e Moçambique, muitas vezes eram conduzidos à força e sem entender realmente o que estava acontecendo até chegar a São Tomé e Príncipe e experimentar a realidade. Diferentes dos outros contratados, os cabo-verdianos migravam com famílias e o equilíbrio por gênero era perceptível.

É certo que as migrações para outras partes do mundo e em especial para São Tomé e Príncipe era uma manipulação ideológica dos fenômenos naturais, também é

assustadoramente real que a seca não permite produzir alimentos e que em ocasiões milhares de pessoas morreram de fome. Pereira (2006, p.48, 49, 50) faz uma apuração das fomes na história de Cabo Verde:

“A primeira *fome* que temos notícia é a de 1580 a 1583(...) A mortalidade (...) no ano de 1774 a atingir, só na ilha de Santiago, 2.500 indivíduos e mais de 2.000 nas outras ilhas (..) Nos anos de 1809 a 1811 uma outra grande fome atacou principalmente a população da ilha de Santiago. Foram feitos apelos aos proprietários e negociantes para ajudarem a minimizar a fome. Mas foi a de 1831 a 1833, considerada a mais trágica de todas.⁹⁶ De uma população de 88.460 foi reduzida a cerca de 30.000 indivíduos

A seca em Cabo Verde é um fenômeno comprovado cientificamente e a fome e as mortes nos períodos de secas também têm sido verificadas pela maioria dos pesquisadores. Então, como pode ser justificada a perspectiva que a seca foi ideologicamente utilizada para incentivar a migração? Como podemos justificar que a insegurança alimentar não é só um produto da seca e sim um fator determinado pela estrutura administrativa e política do colonialismo? As repostas podem ser observadas nos motivos das revoltas, na inadequada distribuição das terras e na política econômica direcionada para exportação e não para suprir as necessidades alimentícias da população cabo-verdiana, como tem sido descrito a longo deste texto com respeito ao sistema alimentar na história colonial de Cabo Verde. Por outro lado, está o fato verificado por todos os pesquisadores que desde a independência de Cabo Verde, mesmo com períodos severos de secas, nunca mais teve surtos de mortes por causa da fome. O clima e os fenômenos atmosféricos não tiveram grandes mudanças positivas, pelo contrário, segundo os dados globais e a pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Meteorologia Geofísica de Cabo Verde, as mudanças climáticas se acentuaram devido os processos industriais e emissão de gases de efeito estufa (CORREIA, SANTOS, MORAIS, 2017).

A segurança alimentar como condição para o pleno exercício dos sistemas alimentares não se define pela seca ou qualquer outro fenômeno climático, mas pela complexidade que se geram entre o processo histórico, a formação de uma cultura e o contexto ecológico e político. A fome não se elimina somente com produção agrícola local. A economia-mundo implantada no processo de “globalização” introduzido com o mercantilismo europeia abriu a opção de intercâmbios alimentares e abastecimento de produtos advindos de outras latitudes. Observamos que Portugal além do comércio com o resto da Europa, de onde poderia ter importado comida e evitar milhares de mortes em Cabo Verde

também tinha o controle de produção em Angola, Moçambique e Guiné Bissau. É dizer os portugueses tinham condições reais de importar comida de forma emergencial e evitar os desastres causados pelos fenômenos climáticos como são as secas prolongadas. Por isso, a primeira conclusão que chegamos é que a fome em Cabo Verde é resultado de uma administração econômica-política cujas diretrizes eram exclusivamente o fator colonial. A importância dada a colônia não era outro que a dominação, expropriação do trabalho humano e possessão geopolítica de um território no meio do Atlântico, que outrora ofereceu significativas vantagens para o comércio de escravizados africanos e também como “chapa giratória” na dominação das terras no Brasil e em outras partes do continente africano.

Sistemas alimentares pós-independência

Os sistemas alimentares como analisamos no período colonial em Cabo Verde, foram elaborados tendo o binômio milho/feijão como base numa estrutura administrativa e política que tendia para uma sociedade de fome, migrações e revoltas. Para Amílcar Cabral e os revolucionários que lutaram contra colonialismo português o objetivo não era simplesmente derrocar os portugueses por ideias políticas ou outras concepções filosóficas da vida humana. Com nitidez Cabral (1974, p.4) diz que “o problema da unidade surge na nossa terra, repito bem, não por causa da necessidade de juntar pessoas com pensamentos políticos diferentes, mas sim por causa da necessidade de juntar pessoas com situação económica diferente” Não havia em Cabral outro problema mais central que administração da “terra”, porque se tratava da maneira para produzir alimentos e manter a própria existência. Sabiam os revolucionários independentistas que as terras em Cabo Verde estavam mal distribuídas e por isso o problema das desigualdades e da fome; e, também eram cientes além da situação administrativa e política que existiam contingências de ordem natural e ecológicas. Como explica Antônio Carreira(1983, p. 32):

As terras são áridas, as terras aráveis são escassas, desprovidas de vegetação de tipo arbóreo. Uma possuem um sistema orográfico de acentuado relevo, com vales profundos, onde se situam as ribeiras e terras húmidas (Santiago, Santo Antão, São Nicolau e um pouco do Fogo). Outras são planas, formadas por autênticos areais, particularmente improdutivos.

Não era novidade que as terras de Cabo Verde têm desafios maiores que políticos e administrativos, não obstante, era uma ideia fixa na cabeça dos próceres da independência a urgência de uma reforma agrária que distribuiria as terras para os que as trabalhavam.

Fazer reforma agrária em terras áridas, acidentadas e isolada no meio do oceano Atlântico é um desafio sem paralelo na História Humana. A questão da terra era de tamanha importância que o ministro João Pereira Silva (1981, p.2) no anteprojeto da lei de base expressa que:

“A própria consolidação do Regime passa por uma Reforma Agrária cujas linhas mestras é urgente definir, bem como as formas da sua aplicação (..) é aliás, um dos pressupostos para a realização do Objetivo da organização económica e social da República de Cabo Verde, definida na Constituição”

Para João Pereira Silva (1981) a existência de uma sociedade “nova”, com um “regime” social justo passava inevitavelmente por uma reforma agrária. A imagem criada por Kwame Nkrumah, que vou parafrasear, “dá-me o reino político e as demais coisas serão acrescentadas”, não foi e ainda não é muito pragmática para as nações que conquistaram as independências no continente africano no século XX. Kwame Nkrumah (1967) rapidamente percebeu que mesmo tomando as decisões políticas e administrativas corretas a favor do povo nas novas nações africanas não se produzia a transformação esperada pelas massas trabalhadoras e nem pelos pais e mães das independências, porque pós-independência havia que lutar com uma nova fase chamada de “neocolonialismo”. Embora, o “reino político” estava nas mãos dos nacionais, ainda o sistema econômico e financeiro mundial permanecia sobre controle das potências europeias e Estados Unidos de América criando novas dependências ou como diz Walter Rodney(1972) perpetuando o subdesenvolvimento na África.

Cabo Verde não fugia a essa realidade Global. Por um lado, à dependência econômica e financeira que as potências imponham ao resto dos seres humanos; por outro lado à divisão bipolar do mundo nos blocos de direita e esquerda ou Ocidente contra todos e a URSS apoiando os movimentos dos proletários do mundo. Os povos do mundo estavam divididos ideologicamente com forte apelo a luta das desigualdades sociais. Em Cabo Verde o elemento “terra” era estratégico na luta contra a herança do colonialismo por isso o PROGRAMA DO GOVERNO (1975, p. 14) tinha no seu ideário três medidas básicas: “1. liquidação do sistema do subarrendamento e da parceria, 2. a liquidação da grande propriedade rústica, 3. a recuperação das propriedades absentistas”. Logicamente havia outro conjunto de medidas que ampliavam a compressão do alcance da reforma agrária para o novo regime social pós- independência. Tirar as terras dos latifúndios na época parecia o primeiro passo para entregar as propriedades os “ocupantes” que trabalhavam no regime de “arrendamentos e parceiras” que por todo o período colonial se mostrava

como a espinha dorsal de todas as injustiças. Segundo a pesquisa de Carla Carvalho (2019) os especialistas na temática apontam que nas ilhas de Santiago e do Fogo o programa do governo se aceitou com bastante tranquilidade e entusiasmo, nas outras ilhas gerou conflitos e incompreensões. O que se desprende nas conclusões dos pesquisadores da questão fundiária é que a reforma agrária gastou muito tempo e energia na ideologização do problema e menos tempo na organização e planejamento pragmático da reforma agrária.

Mas Cabo Verde, em meio dessas complicações de ordem mundial, decide antes de implantar a reforma agrária fazer um levantamento (inquérito) original em 1978/1979 e cotejar os dados com outro inquérito realizado em 1970. A metodologia do inquérito efetuado pela MDR, de 1978/1979, consistia em perguntar os chefes de famílias sobre as terras que estavam na sua “posse”, pois na realidade foi impossível fazer uma pesquisa no registro de patrimônio e propriedade porque estava desatualizado e inviabilizando a confiabilidade dos dados. O resultado do inquérito, que se limitava aos chefes de famílias que moravam na zona rural, permitiu analisar que a medida de área utilizada pelos “ocupantes” era bastante imprecisa. Não havia demarcação por hectares ou outras métricas mais exata do ponto de vista “da agrimensura”, que não for às medidas tradicionais tais como “balaio”, “litro” “rego”. Todas as medidas utilizadas pelos moradores da zona rural com alguma “ocupação” de terra estava perfeitamente vinculada a quantidade de grão de milho ou feijão que plantavam. Com esses dados, que mesmo com medidas de quantidade “litro” e não de área como hectares ou metros quadrados, o governo conseguiu chegar ao um quadro revelador apresentado pelo ministro João Pereira Silva(1981, p.11):

Área total do País 403 300ha; ocupada com culturas de sequeiro 58 000ha (1) [39 000ha (2); culturas de regadio 2 000 há; pastagens 37 000 há (1) [54 000ha (3); floretas 4 000 há (1) 1 300 há (2); a restante área, 302 300 ou 308 000, é constituída por afloramentos rochosos, lavas, solo urbano e uma extensa área de lito-solos e solos litólicos inúteis para o cultivo de qualquer cultura alimentar, podendo no entanto uma grande parte dessa área vir a ser sujeita a tratamento especial para fins silvo-pastoris..

Poucas terras de regadio, na ordem de 3% em Santiago, onde se concentrava o grosso da população mostra o aspecto difícil de uma produção de alimento capaz de dar a acesso em quantidade adequada. As terras de sequeiro, que dependia da chuva também cobriam uma pequena área territorial. Mesmo na limitação dos espaços existia a necessidade da reforma agrária, porém, o problema prático da reforma agrária constituiu saber de quem

eram as terras, pois em Cabo Verde além da simples divisão entre antigos morgados e camponeses rendeiros, existe um conjunto de relações históricas que permite aos “ocupantes” ser “proprietários”. Por causa da precariedade de verificação da propriedade legal da terra há que aceitar que o direito consuetudinário, acordos orais, contratos de compra-vendas desgastados ou perdidos com o tempo oferecem um panorama de “proprietários” de minifúndios, rendeiros compadres e proprietários usufrutos.

Diante a precariedade de documentos legais da propriedade das terras e especialmente a fragmentação dos registros a minha metodologia para investigar a questão fundiária, que não é o objeto da minha pesquisa, mas entendo importante, pois, as terras sempre foram em Cabo Verde um elemento central para a Insegurança Alimentar. A metodologia para chegar alguma consideração foi fazer um levantamento no Arquivo Nacional, que pelo curto tempo e especialmente pela fragmentação, mesmo com ajuda do técnico, não me levou a uma compressão adequada. Há vários volumes de livros de registros de compra e alienação de propriedade, escrita a canela, que inclusive para quem não esteja treinado na paleográfica ficaria completamente incapaz de qualquer leitura. Também no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional fiz um levantamento bibliográfico que me orientou a pesquisas relevantes, mas em nenhum dos casos pude encontrar um estudo sobre a quantidade de prosperidades por conselho ou por municípios que foram “nacionalizadas” e depois distribuídas na modalidade de reforma agrária. Foi constatado na literatura que houve na Primeira República, pós independência, um programa de governo que funcionou de forma plausível nas Ilhas de Santiago e na Ilha do Fogo. Nas outras ilhas gerou conflitos sem nenhum progresso na aplicação na reforma agrária. Como a reforma agrária foi bastante ideologizada e menos pragmática devido a história social e de compadrio nos “arrendamentos” ou os camponeses sem terra que ocupavam parcelas de terras dos antigos morgados ou novos donos “mercanos”; a Segunda República revogou, em 1993, toda a legislação referente à reforma agrária. (ALMEIDA,2002, 2006; CARVALHO, 2019; BORBA, ANJO, 2012). Em fim, como conclui Carla Carvalho(2019, p.225-226):

No terceiro período, com a independência, o novo governo introduziu mudanças significativas no processo de estruturação fundiária, através da LBRA, inspirada nos ideais do socialismo, que determina a expropriação de propriedades sobre os grandes latifúndios absentistas e a distribuição em formato de posse útil para os trabalhadores rurais que não tinham a posse e/ou a titularidade da terra. No quarto período, e, devido as controvérsias geradas por causa desta reforma, a lei foi revogada após as primeiras eleições pluralistas e no quadro da implementação da democracia representativa em 1991. Desde então, o país tem assistido a um

conjunto de leis sobre o ordenamento do território que vêm reconfigurando a estrutura fundiária do país.

A perspectiva na conclusão de Carla Carvalho (2019) sobre a questão fundiária em Cabo Verde tem a mesma linha de pensamento de Carolina dos Anjos de Borba e José Carlos Gomes dos Anjo (2012). Há uma ligeira diferença na pesquisa de Carolina dos Anjos de Borba e José Carlos Gomes dos Anjo (2012), que me ajudou a compreender os dados coletados nas entrevistas e diálogos realizados em Assomada e em São Lourenço dos Órgãos. Provavelmente a proximidade de perspectiva está no fato que Carolina dos Anjos de Borba e José Carlos Gomes dos Anjo (2012) citaram três vezes o trabalho do Claudio Furtado (1993) e Carla Carvalho (2019) citou a mesma obra oito vezes. O professor Claudio Furtado é uma autoridade na temática da questão fundiária em Cabo Verde. Carla Carvalho (2019) citou seis vezes uma obra de Carolina dos Anjos de Borba de 2013.

Além da compressão macro da situação fundiária o artigo de Carolina dos Anjos de Borba e José Carlos Gomes dos Anjo (2012) me auxiliou a entender a situação peculiar entre a diferença da “ocupação das terras” e “propriedade legal documental das terras”. Na pesquisa desenvolvida por Borba e Anjo no Município de São Salvador do Mundo foram consultadas fontes documentais no Arquivo Público Nacional, no Arquivo das extintas Comissões de Reforma Agrária e no Arquivo do Banco Nacional Ultramarino. As zonas de maior interesse da pesquisa foram Achada Leitão e do Bur-Bur. As fontes documentais revelaram que o senhor dono das terras, João de Deus Tavares Homem, e seus descendentes, manteve(ram) a posse durante um longo período infringindo com crueldade os sofrimentos característicos da colonização de fome aos trabalhadores agrícolas rendeiros, tais como expulsão, desalojo e cobranças indevidas. Revela também, de acordo com a investigação no Arquivo do Banco Nacional Ultramarino, que as terras foram desapropriadas da mão de João de Deus Tavares Homem por causa de dívida contraída no Banco Nacional Ultramarino, e posteriormente vendidas a dois portugueses: Mário Monteiro e Antônio de Barros. Estes novos donos portugueses eram bastante ausentes e nunca tiveram grande interesse nas terras adquiridas. Os antigos rendeiros ou/ agricultores ocupantes das terras (antes de João de Deus Tavares Homem e depois dos portugueses Mário Monteiro e Antônio de Barros) permaneceram trabalhando e tirando seu sustento como sempre o fizeram.

O problema, ou talvez o melhor dizendo a “questão”, que permanece em pé para os agricultores é que na Primeira República a ideologia proclamada sob o lema “a terra é de

quem a trabalha” de certa forma autoriza aos “rendeiros ocupantes” a ser “donos das terras”. A situação se torna confusa porque na década de 1990, com as eleições pluripartidárias, a conhecida como “democracia”, foi abolida a lei de reforma agrária dos heróis da Pátria e os antigos donos regressam como um fantasma a reclamar suas posições.

Como me ajuda esse quadro desenhado na pesquisa de Carolina dos Anjos de Borba e José Carlos Gomes dos Anjo (2012)? Primeiro, por via das entrevistas, constatei que nos territórios de São Domingos, em Assomada e em São Lourenço, há um significativo contingente de agricultores que tem na sua memória a imagem de que as terras são de sua propriedade porque foram “herdades” deixadas pelos seus antepassados que trabalharam em aquele espaço desde a época dos morgados; em segundo lugar, um grupo “sabe” que é legalmente proprietário das terras, mas não teve condições ainda para fazer uma segunda via do documento legal a partir do registro que está (ou pode estar) no Arquivo Nacional; outro grupo, definitivamente afirma que as terras são deles, mas não tem ou desconhecem se existe alguma documentação de posse, que seus avós receberam as terras de um descendente de morgado ou pela ação da reforma agrária na Primeira República.

Da mesma forma que Carolina dos Anjos de Borba e José Carlos Gomes dos Anjo (2012) não tenho conclusões sobre a questão fundiária e não tenho suficientes dados para dar afirmações mais seguras. Vou a me estribar a ideia que as falas dos agricultores são relevantes e enquanto o papel (o documento) como um instrumento da modernidade Ocidental não seja definitivamente resolvido às terras estarão produzindo alimentos e criando mundos imaginários que vinculam o ser humano com a terra e com as aspirações da segurança alimentar e nutricional na CPLP.

Quadro constatações

Nesse sentido, “de produzir alimentos e criar sentido” tivemos algumas observações que pensamos que são fundamentais. **A primeira constatação** aconteceu na Cidade da Praia, capital de Cabo Verde, onde observamos que 98% das pessoas que estavam vendendo hortaliças, tubérculos e grãos na rua e, especialmente, no Mercado Sucupira eram do gênero feminino. A simples vista e sem precisar nenhum aparato teórico, a realidade das mulheres no mercado de vendas de alimentos supera infinitamente os homens. Carla Carvalho(2020, p.55), após fazer um substancial análise das teorias de gênero, pondera que essas mulheres são as agentes principais e soberanas da “ravidância”. São elas que

realizam a conexão entre as pessoas que na zona rural produzem os alimentos e as pessoas que compram e consomem na cidade. Compram dos agricultores, transportam esses produtos e posteriormente vendem. Este processo, considerado de forma semelhante em outras partes do Continente africano, “é crucial e refere-se ao triângulo formado por rural, urbano e comércio ‘informal’”. As atividades de cunho informal, segundo a própria Carla Carvalho(2020), geram um conjunto amplo de estratégias, relações e significados que envolvem agentes do campo, redes comerciais, transportes e o mundo urbano. Tem sido debatido amplamente que o trabalho “informal” constitui um meio de subsistências em larga escala nas populações da África, mas também na América Latina e outras partes do mundo. Uma atividade fora dos moldes oficiais geralmente está associado a ausência da fruição das leis trabalhistas que garante um conjunto de direitos as trabalhadoras como são os direitos as férias, a plano de saúde e licenças maternidade.

É necessário assinalar que em Cabo Verde os diversos direitos das mulheres não estão unicamente vinculados ao mundo do trabalho ou atividades que tem relação direta com os sistemas alimentares. Desde a independência de Cabo Verde, as mulheres têm se organizado e lutados com voz poderosa pelos seus direitos como cidadãs e como seres humanos. Algumas organizações desta natureza são a criação em 1978 da Comissão Nacional Organizadora das Mulheres de Cabo Verde(CNOMCV); em 1991, a MORABI(“organização que defende a emancipação das mulheres no mercado do trabalho”); em 1994 se estabelece o Instituto da Condição Feminina (ICF); e, em 2006, se reorganiza o ICF como o Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género(ICIEG); além de outras organizações não governamentais que trabalham em prol da dignidade e os direitos das mulheres (CARVALHO, 2020, p.70-76).

Uma segunda constatação da nossa pesquisa, aponta para a presença massiva das mulheres nas atividades agrícolas propriamente. Na pesquisa em Assomada, assim como na região próxima da Barragem do Poilão, localizada em São Lourenço dos Órgãos, que foram as duas localidades que tivemos possibilidade de investigar mais profundamente nas terras em atividades agrícolas; as mulheres além de ser a chefas dos grupos que estavam trabalhando também eram a maioria das pessoas envolvidas. Em um caso, na região vizinha do distrito de São Domingos, o quadro não era muito diferente. Encontramos uma senhora de 65 anos de idade conduzindo um pequeno grupo de duas jovens mulheres de 22 e 23 anos respectivamente, e um homem jovem de 23 anos de idade. As mulheres jovens falavam o português fluentemente, mas o homem jovem falava exclusivamente em crioulo. Como o homem jovem foi incumbido pela senhora de me

mostrar à plantação de amendoim, que estava a uns 10 metros separada do lugar do plantio do milho e feijão, que era onde estavam as mulheres, tive a oportunidade de perguntar para o jovem por que se comunicava somente em crioulo e ele respondeu em um português com bastante dificuldade que tinha visitado a escola até a terceira série e que ademais achava a língua crioula muito bela para desperdiçar o tempo falando português. Essa resposta me fez lembrar do trabalho de Paulo Freire e do seu livro “*Cartas a Guiné-Bissau*”. As mulheres que são a maioria das envolvidas na agricultura em mais 80 dos casos visitados por mim, embora não escolhi intencionalmente baseado em análise de gênero, eram lideranças com domínio da agricultura e perfeição na comunicação. Falavam em português e quando o tema se tratava de situações mais circunstanciais e emotivas se comunicavam em crioulo e nesse momento eu dependia do meu supervisor professor Dr. Nardi Sousa e em outros casos de professores egressos da UNILAB que foram verdadeiros pesquisadores e tradutores, especialmente a Mestranda Jacica Fernandes.

Tomando como referência as observações e entrevistas em três localidades em torno de Assomada, São Domingos e São Lourenço dos Órgãos, eu reconheço que não são a totalidade da Ilha de Santiago e muito menos de Cabo Verde. Também realizei intensa observação na região periurbana de Praia, mas ainda assim tudo é inconcluso. No entanto, ao analisar pesquisa de fôlego sobre o gênero, percebo que minha observação na Ilha de Santiago não está muito afastada da realidade. Carla Carvalho(2020, p.96) trouxe um quadro detalhado que compara em cada ilha do território nacional cabo-verdiano a distribuição dos agentes agrícolas. Em todas as ilhas há um denominador comum: as mulheres são a população nos agregados familiares agrícolas que a incidência da pobreza global aparece de forma mais agressiva com níveis significativos. O quadro apresentado nos informa que na Ilha de Santiago, nicho da minha pesquisa, é a única ilha que todos os índices dos agregados familiares agrícolas as mulheres são as principais agentes: do efetivo da população de 114, 486 agrícola na Ilha de Santiago (54, 206 masculino e 60,280 feminino); o número de explorações agrícolas familiares são 26,841 (11,975 masculino e 14,866 feminino). Indiscutivelmente as mulheres da Ilha de Santiago são as agentes mais ativa numericamente.

Uma **terceira constatação**, que de longe sempre tem sido um elemento central na produção de alimento é o problema da água. Segundo um estudo do Instituto de Meteorologia Geofísica de Cabo Verde, que se confirma com todos os autores da

temática, a maior parte das terras cabo-verdianas dependem da chuva. Mais de 90% da agricultura se realiza na prática denominada “agricultura de sequeiro”.

Dos 4033 km² que constituem o país, cerca de 41000 hectares é terra arável, sendo cultivado atualmente 36000 ha (V Recenseamento Geral da Agricultura 2015), indicando uma redução da superfície cultivada de 1.9% comparativamente a 2004 (MAA, 2017). Portanto, os recursos de solos são extremamente limitados. Da superfície arável, mais de 90% é dedicada a agricultura pluvial, ou de sequeiro, enquanto um pouco mais de 5% é usada para agricultura irrigada. Cerca de 23% da superfície do país é reflorestada. De realçar que a maior proporção dos solos aráveis está localizada em zonas semiáridas e áridas (CORREIA, SANTOS, MORAIS, 2017, p.30).

Agricultura de sequeiro que depende da chuva tem passado momento crítico à causa das mudanças climáticas, que agravam tanto a temperatura como o aumento do nível do mar. Após Independência a seca aconteceu criticamente entre os anos seca 1977-1979, 1982, 1983 e 1984 trazendo novamente as lembranças da fome e da morte por fome. Na altura o governo elaborou uma intrincada estratégia de diálogos diplomáticos e participação em diferentes organismos internacionais para adquirir alimentos e satisfazer minimamente a crise alimentar. Segundo José Vicente Lopes (2021) registra esse período de seca pós-Independência como “prova de fogo” da nova nação que orgulhosa se proponha trazer segurança alimentar e nutricional para seu povo.

O governo, da Primeira República, criou algumas estruturas administrativas e econômicas relevantes para desenvolver o país e dar conta de enfrentar a insegurança alimentar. A primeira na lista das empresas e mecanismo do Estado foi a criação da EMPA, que importava, abastecia, distribuía, comercializava produtos alimentícios no território nacional e ainda controlava a estabilidade do valor dos alimentos para não criar especulação e garantir o acesso das populações mais empobrecidas.

Por volta de 1977, a Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO), como indicado pela sigla, era um mecanismo do Estado para no período de seca empregar os trabalhadores para obter um salário que lhe permitisse, a preço subsidiados, comprar os alimentos. Em 1975 Cabo Verde entrou na organização “Comité Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sahel (CILSS). E também o governo aproveitou de forma hábil todas as formas de ajuda da ONU ou ajuda por diálogos diplomáticos bilaterais. Por exemplo Estados Unidos da América, através da Agencia para o Desenvolvimento (USAID), dou milho, trigo e arroz; a Holanda, no âmbito do programa de Ajuda Alimentar, forneceu alimentos e apoio técnico mediado pela FAO (LOPES, 2021).

Todas essas ajudas internacionais articuladas por um governo preocupado pelo acesso dos alimentos contribuíram para nunca mais ouvir a notícia de cabo-verdianos mortos por causa da fome. A política de distribuição de alimentos em Cabo Verde teve como pressuposto manter a dignidade do trabalhador e por isso adotou o conceito de trabalho como mediador ao mesmo tempo do desenvolvimento do país e do acesso aos alimentos. Embora o Estado recebia

gratuitamente as doações das potências ocidentais, no entanto o eram vendidas. Exatamente porque o governo entendia que “dar alimentos gratuito ao povo” criava uma dependência mendicante e tirava a dignidade de ganhar “o pão com o suor da sua frente”. O dinheiro das vendas das doações permitiu especialmente em período de seca a construção de infraestruras como estradas e outros serviços públicos.

Uma observação em relação a mudança de hábito alimentar nessa época o constitui o fato que as importações e as doações de trigo e arroz foram tão significativas que as pessoas começaram a se alimentar sem a “obrigatoriedade” da cachupa e do milho em sentido geral, como diz o artesão Gerson Almeida, em entrevista do dia 29 de setembro de 2023.

Como na década 1970 se considerava que Cabo Verde tinha uma pobreza de 30% da população e pelo menos 14% em pobreza extrema, o governo decreto duas medidas que ajudaram a segurança alimentar, mas também a mudança geral da alimentação: a primeira é a obrigatoriedade de enviar as crianças para a escola 6 anos de estudos; e , a segunda medida a ideia de que para estudar se precisar estar alimentado e portanto a obrigação do governo de oferecer uma merenda escolar, conhecida como “cantinas escolares”.

Uma pequena digressão, realmente a educação como diz Paulo Freire, não resolve nada, mas sem educação nada se resolve. No caso que nos ocupa, tomar o processo educativo em serio resolveu o problema de alimentação de crianças e adolescentes em Cabo Verde por vários anos, sobretudo os anos de estiagem severos. Logicamente a “cantina escolar foi um mecanismo de introduzir uma variedade de alimentos estranho a cultura alimentar do país. Por somente citar um caso, 38 pessoas de um universo de 50 pessoas que entrevistei com a pergunta sobre a “cantina escolar” me afirmaram que até hoje a único leite que conseguem tomar é a leite em pó. O pesquisador Vladimir Ferreira me confirmou que ele também ainda bebe “leite em pó” resultado da ajuda Holandesa desse produto oferecido na merenda escolar.

Nem todo o tempo da Primeira Republica foram anos de seca, pelo contrário teve anos de excelentes chuvas que a rigor trouxeram de volta o reinado da cachupa. Em 1986 e 1989 houve um aumento da pluviosidade que contribuiu para um crescimento do PIB na ordem de 22% em 1986 e em 1987 se elevou para 29% e ainda em 1988 saltou para 31,8%. Estes saltos na produção graça às chuvas são provas expressivas que mesmo que a morte por fome é um fenômeno mais administrativo-político ou no dizer Miguel Nicolelis uma realização da mente através dos mecanismos sociais e culturais, não há como negar que as condições climáticas e ecológicas têm um peso significativos na produção e nas mudanças dos hábitos alimentares (LOPES, 2021, NOCOLELIS, 2020).

Além dessa estrutura de exportação e distribuição de alimentos houve sempre uma preocupação pela desertificação e a erosão do solo. Programas como a plantação de Acácia Americana e proteção de espécies endêmica representam um esforço por preservar o meio

ambiente e criar condições para “atrair” melhores condições para a agricultura e a produção de alimentos.

Uma **quarta constatação** dos hábitos alimentares em Cabo Verde, nos levou a perceber na vegetação abundante, que não é utilizada como base alimentar e que em outros espaços da CPLP são considerados. Na equação dos hábitos alimentares em Cabo Verde não cabe o consumo de plantas e folhas que em outra parte do continente africano e em América Latina são consumidos. As PANCS, plantas alimentícias não convencionais, como a berdoega e bredo, em tempo de chuva na ilha de Santiago crescem em profusão. São encontradas na cidade, nas frestas do asfalto, nos jardins, próximas dos arbustos e inclusive abundantemente ao redor dos prédios do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica e todos os outros órgãos do Estado vinculados a agricultura e segurança alimentar e nutricional. São plantas acessíveis para todas as pessoas e crescem em qualquer lugar de Cabo Verde.

Precisamente na escolha histórica das plantas e animais é onde entra a questão da cultura alimentar. Ninguém come somente por se nutrir; alimentação humana é eminentemente um fator cultural e social construído historicamente pelo gosto, pelas interdições religiosas e por diversos mecanismos elaborados socialmente. Na pesquisa realizada nos arredores da cidade de Santiago, na cidade de Assomada e na zona rural de São Lourenço dos Órgãos, 50 pessoas afirmaram que essas plantas eram comida para cabras e para porcos e não para seres humanos. Entrevistei 120 pessoas, das quais 70 falaram que nem conheciam o nome das plantas que lhe apresentei. As setenta pessoas que desconheciam as plantas todas eram cidadãs e menores de 50 anos de idade. Encontrei um grupo mínimo de 3 pessoas em São Lourenço dos Órgãos que afirmaram que em algum momento na Igreja Adventista haviam experimentado “um refogado de bredo”. Na Igreja Adventista existe um cuidado especial pela alimentação, e como tem a interdição de não comer carne suína, que junto com o caprino são as duas proteínas mais abundante em Cabo Verde, que lhe permite avançar para uma dieta vegetariana e explorar as plantas comestíveis não convencionais.

Folhas de plantas cultiváveis desde pelos menos quatro séculos em todo o território não são consumidos. As folhas de mandioca e da batata-doce não fazem parte do cardápio cabo-verdiano. Estas são relegadas ao lixo ou abandonada nos campos de cultivos, ou jogada fora e em outros casos são destinadas a alimentação dos animais, mas nunca entram como um fator de aproveitamento alimentar humano. No Brasil,

na população de ascendência africana existe um alto consumo da folha da mandioca especialmente no Recôncavo da Bahia na modalidade de um prato conhecido como “maniçoba”, que tem um forte conteúdo calórico e alimentar porque leva proteína animal. Os povos indígenas brasileiros consomem a folha de mandioca desde tempos imemoriais num prato muito próximo da maniçoba do recôncavo da Bahia, embora com metodologia diferente no seu cozimento e ingredientes. Num diálogo, em 2016, na cidade de Cachoeira, com os antropólogos Kabengele Munanga e Acácio Almeida, e posteriormente com o sociólogo congolês Basilele Malomalo descobrimos que na África Central a folha de mandioca se consome largamente.

Na viagem de pesquisa pelo Mecanismo das Universidades da CPLP, em 2018, para Moçambique contactamos que as comunidades, nas margens do Rio Zambeze, consomem as folhas da bata-doce e também na culinária dos restaurantes e hotéis é servida como iguaria em forma de refogado. Do mesmo modo, em São Tomé e Príncipe as folhas de mandiocas são utilizadas para elaboração de pratos tradicionais e especialmente a “Kisaka”. Na maioria dos países da CPLP as folhas da mandioca e da bata doce são consideradas alimentos ou iguarias, mas Cabo Verde não a utiliza mesmo sendo o país de maior dificuldade por causa do clima para diversificar a produção de alimento.

Referências bibliográficas

ACOSTA-LEYVA, Pedro. **África entre africanistas e africanólogos no Brasil**. Minas Gerais: Virtual Books, 2016.

ACOSTA-LEYVA, Pedro. Cabo Verde: Segurança Alimentar e Colonialismo. *Revista África(s)*, Vol. 6 | Nº. 12, Ano 2019, p. 303-321.

ACOSTA-LEYVA, Pedro. Modalidades tradicionais africanas de capturas para o tráfico negreiro. *Revista África (s)*, v. 04, n.08, jul/dez, p. 91-103, 2017.

ALMEIDA, Geraldo. **Apoio à revisão da legislação fundiária e das instituições encarregadas da administração fundiária**. Relatório Final. Praia: FAO, 2006.

ALMEIDA, Geraldo. **Código da terra**. Praia: Livraria Saber, 2002.

AMARAL, Ilídio. **Santiago de Cabo Verde: A terra e os homens**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1964.

ARRUDA Bertoldo Kruse Grande de; ARRUDA, Ilma Kruse Grande de. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.*, Recife, v. 7, n. 3, p. 319-326, 2007.

BÂ, Amadou Hampâté. Raizes. **A Dupla Herança. Amkoullel, O Menino Fula**. São Paulo, Pallas Athenas, Casa das Áfricas, 2003.

BÂ, Hampâté, Amadou. “Tradição Viva”. In: KI-ZERBO. **História Geral da África. I Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

BALENO, Lídio Cabral. Povoamento e formação da sociedade. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (Coords.), **História Geral de Cabo Verde**. Vol. 1. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001.

BARCELLOS, Christiano José de Senna. **Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné**. 2ª edição. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do livro, 2003.

BARCELLOS, Christiano José de Senna. **Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné**. 2ª edição. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do livro, 2003.

BARRETO FARIAS, J. Descobrir Nize Isabel de Moraes: o “arquivo pessoal” de uma historiadora negra entre Brasil e Senegal (1967-2015). *Acervo, [S. l.]*, v. 36, n. 3, p. 1–24, 2023.

BORBA, Carolina Anjos. **Terras negras nos dois lados do Atlântico: quem são os proprietários? Estudo comparado – Cabo Verde/Brasil**. Porto Alegre: Universidade Federal de Rio Grande do Sul, 2013.

BORBA, Carolina dos Anjos de; ANJO, José Carlos Gomes dos. Questão fundiária em Cabo Verde: posse tradicional x propriedade da terra em são salvador do mundo. **Revista Conjuntura Austral**, Vol. 3, nº. 11, Abr.Mai 2012, p. 39-57.

CABO VERDE. Governo. **Programa de Governo**. Cabo Verde. Praia, 1975

CABRAL, Amílcar. **Alguns princípios do Partido**. Lisboa: editora Seara Nova, 1974.

CALDEIRA, João Luis Cabral Picão. **O morgadio e a expansão nas ilhas atlânticas (Açores, Madeira e Cabo Verde)**. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 2012. Área: direito.

CALDEIRA, João Luis Cabral Picão. **O morgadio e a expansão nas ilhas atlânticas (Açores, Madeira e Cabo Verde)**. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 2012. Área: direito.

CARREIRA, António, **Migrações nas Ilhas de Cabo Verde**. 2ª ed. - Lisboa: Instituto Cabo-Verdeano do Livro, 1983.

CARREIRA, António. **As Companhias Pombalinas, de Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba**. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

CARREIRA, António. **Cabo Verde: Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)**. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro, 1983.

CARREIRA, António. **Cabo Verde: Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)**. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro, 1983.

CARVALHO, Carla. as questões fundiárias e os duelos pela terra em Cabo Verde . Em: SILVA, Tatiana Raquel Reis; BARBOSA, Viviane de Oliveira. **África e Afro-Brasil em Debate**. São Luís: Eduema, 2019, p. 209-228.

CARVALHO, Carla. **Os donos da terra, as donas da terra**. Ou as terras de ninguém. Praia:DSDE, 2020.

CORREIA, Francisco da Veiga; SANTOS, Margarida Maria Silva; MORAIS, Luísa Emília da Lomba de (COMPILADORES). **Cabo Verde terceira comunicação nacional sobre as mudanças climáticas**. República de Cabo Verde, dezembro 2017.

CORTESÃO, Jaime. **História dos Descobrimentos Portugueses**. Lisboa: Arcádia,1962. FEIJÓ, João da Silva. Ensaio Político sobre as Ilhas de Cabo Verde para servir de Plano História Filosófica das mesmas. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro, 1986.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In. **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais**. LANDER, Edgardo (org). Buenos Aires: Clacso Livros, 2005. pp.55-70.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVII e XIX**. 5. ed. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020

KRUMAH, *Kwame* N. Neocolonialismo. Último Estágio do Imperialismo. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1967.

LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. (Des)fragmentando uma narrativa sobre a vida acadêmica de Nize Isabel de Moraes, historiadora da petite côte. **Revista de teoria da história** 26|1, 2023. pp. 33-57.

LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. (Des)fragmentando uma narrativa sobre a vida acadêmica de nize isabel de Moraes, historiadora da petite côte. **Revista de teoria da história** 26|1, 2023. pp. 33-57.

MALUF, Renato S; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana Bleil. **Segurança Alimentar**. São Paulo: Cadernos, 2010.

MOURA, Clovis. **As injustiças de Clio**: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990.

OLIVEIRA, Rita Marques de et all. Análisis de los niveles de nutrientes críticos (azúcar, grasa y sal) declarados en alimentos procesados expendidos en Loja, Ecuador. In: **Revista Segur. Aliment. e Nutr.**, Campinas, v.23, n.esp., p.1008-1018, 2016.

PEREIRA, Eduardo Adilson Camilo. **Os caminhos da revolta em Cabo Verde e a cultura de resistência**: as revoltas dos engenhos (1822) e de Achada Falcão(1841). São Paulo: Dissertação USP, 2006.

PUSICH, António. Memória ou descrição físico-política das ilhas de Cabo Verde. Lisboa: Anais do Conselho Ultramarino, 1810.

SANTOS, Denise Assis Dos. **Batuko: do esquecimento ao reconhecimento**. Salvador: UNEB/dissertação, 2020.

SILVA, António Leão Correia e. “Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico”. In: **História Geral de Cabo Verde**. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, Praia: Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, 1995, v. II, p. 1 – 16; 3 – 7.

SILVA, João Pereira. **A reforma das estruturas agrárias de Cabo Verde**. São Vicente: Gráfica de Mindelo, 1981.

SOUSA, Nardi(org). **Uma análise comparada dos direitos humanos e cidadania dos imigrantes em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe [1991-2015]**. Praia: CODESRIA, 2020.

VELLOSO, Natalia; FERREIRA, Vladmir. **Kumida di tera**: relações de cuidado e alimentação em Cabo Verde. Em: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 24, n. 59, jan-abr 2022, p. 138-167.